Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&F Bovespa").

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Vila Velha possuía 19,11% do capital total da Unipar e 57,30% de suas ações ordinárias.

Aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C.

Em 27 de dezembro de 2016 a Unipar concluiu a aquisição e se tornou proprietária de 292.459.492 ações representativas de 70,59% do capital social votante e total da Solvay Indupa S.A.I.C., atualmente Unipar Indupa S.A.I.C ("Indupa Argentina"), empresa argentina produtora de PVC e soda, após a implementação das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com a Solvay Argentina S.A. em 2 de maio de 2016 ("Contrato") e aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 7 de dezembro de 2016.

Conforme estabelecido na legislação argentina, a Unipar lançou oferta pública para a aquisição de até a totalidade das demais ações representativas do capital da Solvay Indupa S.A.I.C. em circulação aprovada pela Comisión Nacional de Valores ("CNV"), iniciada em 23 de janeiro de 2017 e finalizada em 24 de fevereiro de 2017, com adesão à oferta de um total de 71.163.251 ações ordinárias representativas de 17,17% do capital, pago aos acionistas da controlada em 7 de março de 2017, ao preço de AR\$ 3,47 (pesos argentinos) por ação. Os efeitos dessa aquisição adicional estão apresentados na nota explicativa 11.

Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 290 mil toneladas de PVC e 150 mil toneladas de soda.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Para a Unipar, a aquisição tem por objetivo fortalecer sua posição na fabricação de cloro, soda e outros produtos químicos derivados, além de integrar ao seu portfólio o negócio de Vinílicos (PVC), no Brasil e na Argentina.

Desinvestimento

A Unipar possuía participação societária direta de 17,78% na Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. ("Tecsis"), fabricante de pás para geradores de energia eólica.

Em 27 de julho de 2017 o Conselho de Administração da Unipar aprovou o desinvestimento da totalidade da participação acionária detida pela Companhia na Tecsis, com desembolso de caixa pela Companhia no valor de R\$ 110.000 baseado no passivo à descoberto da Tecsis e na proporção de participação da Companhia em 31 de março de 2017.

Dando sequência ao processo de desinvestimento, em 28 de agosto de 2017, a Unipar celebrou contrato de compra e venda de ações e debêntures o qual estabeleceu as condições de desinvestimento da totalidade de sua participação no capital social da Tecsis à GI Eólica Participações Ltda., controladora da Estáter Gestão de Investimentos Ltda., conforme segue:

- i) Subscrição e integralização de 36.666.667 ações no valor de R\$ 55.000 e alienação por R\$ 1,00 (um real); e
- ii) Subscrição e integralização de debêntures conversíveis em ações no valor total R\$ 55.000 e posterior alienação por R\$ 1,00. A integralização total e a correspondente alienação dessas debêntures ocorreram em 2 de outubro de 2017.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

2.3.2. Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018 e 2017;
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa de câmbio final do exercício;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

2.4. Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017		
Peso argentino	0,10	0,18		
Taxa média trimestral	4T18_	3T18	2T18_	1T18
Peso argentino	0,10	0,13	0,15	0,16
	4T17	3T17	2T17	1T17
Peso argentino	0,19	0,18	0,20	0,20

2.5. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

As demonstrações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

Nas informações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram considerados os resultados das controladas Indupa Brasil e Indupa Argentina.

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem realizadas em uma economia altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com a IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias hiperinflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia hiperinflacionária para a controlada na Argentina da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária foi aplicada a partir de 1° de janeiro de 2018.
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico da controlada na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1 de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro nota 29. Os índices para correção monetária utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor) de 01 de janeiro de 2017 em diante e IPIM (índice interno de preços ao atacado) até 31 de dezembro de 2016.
- a demonstração de resultado do exercício de 2017 e o respectivo balanço
 patrimonial da controlada na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS
 21, parágrafo 42 (b), quando os montantes forem convertidos para a moeda de
 economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles
 que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações
 financeiras do ano anterior (isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no
 nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio);
- a Companhia aplicou o CPC 42 (IAS 29) "Contabilidade em economia hiperinflacionária" como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária em suas demonstrações financeiras.
- os impactos nos ativos líquidos da controlada na consolidação em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados conforme a seguir:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2018
Imobilizado	135.688
Ativo não circulante	135.688
Total do ativo	135.688
Passivo e Patrimônio Líquido	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.491
Passivo não circulante	47.491
Total do Passivo	47.491
Patrimônio líquido	
Outros resultados abrangentes	93.045
Lucros acumulados	(4.848)
Total do Patrimônio líquido	88.197
Patrimônio Líquido de controladores	77.402
Participação de não controladores	10.795
Total do passivo e patrimônio líquido	135.688

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a aplicação do CPC 42 (IAS 29) – "Contabilidade em economia hiperinflacionária" resultou em um efeito positivo de R\$ 14.163 no resultado financeiro, e um impacto negativo no lucro líquido de R\$ 4.848.

2.6. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2019.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.2.1. Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma:

a) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras – receita de equivalentes de caixa e Títulos e Valores mobiliários" (nota explicativa nº 29).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 .

A Companhia não designou instrumentos da dívida ao valor justo por meio do resultado.

Note-se que a Companhia também não possui ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("Impairment").

Uma provisão para "Impairment" é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "*Impairment*" incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por "Impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para "Impairment", também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por "Impairment", a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Além da prática citada acima a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores. Historicamente, a perda de crédito da Companhia mostra-se irrelevante, havendo perdas para clientes que eventualmente decretem falência ou recuperação judicial. Para esses casos pontuais, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

3.2.3. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem: ou
- a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse".

3.2.4. Passivos Financeiros

Os instrumentos da dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado consideram o método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas os

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo.
- o passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:
- essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou
- o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- o passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados ao valor justo por meio de resultado.

3.2.5. Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

3.3. Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, utilização na operação ou por ajuste a valores de mercado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

3.4. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

3.5. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia.

3.6. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares e representam os gastos diretamente associados ao seu desenvolvimento e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

As Taxas de depreciação de cada grupo de itens do ativo imobilizado são demonstradas na nota explicativa nº 13.

3.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*Impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *Impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *Impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *Impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

As provisões são registradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando taxa de desconto antes dos efeitos de impostos sobre a renda, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação e cria naqueles afetados pelo plano uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, que são aqueles valores necessariamente resultantes da reestruturação e não associados às atividades em andamento da entidade.

3.10. Benefícios aos empregados

3.10.1. Benefícios de curto prazo a empregados

3.10.1.1. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Companhia.

3.10.2. Benefícios pós emprego

3.10.2.1. Benefícios na modalidade de contribuição definida

A Companhia possui plano de pensão na modalidade de contribuição definida segundo o qual faz contribuições fixas a uma entidade

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

3.10.2.2. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui planos com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. As obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

3.10.3. Benefícios de longo prazo

3.10.3.1. Gratificação por Tempo de Serviço

A Companhia possui plano de gratificação por tempo de casa com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

3.10.4. Benefícios rescisórios

3.10.4.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui plano com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

3.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido, quando também são reconhecidos nestas rubricas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

3.11.1. Saldos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes são registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

3.11.2. Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (i) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e (ii) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e determinados de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados no balanço de forma líquida nas demonstrações financeiras.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida (ou a receber) pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

São reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia entende que cumpriu as obrigações com seus clientes, sendo provável que os benefícios econômicos serão recebidos e os riscos e os benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

3.13. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

razoavelmente estimado, através de discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

3.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior.

3.15. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio e deságio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

3.16. Adoção de Novas Normas e Alterações no Transcorrer do Exercício de 2018

 a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2018

CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"

O CPC 48 estabelece novos critérios para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esse pronunciamento substituiu o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado, a partir da combinação de dois fatores: o modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais do fluxo de caixa dos mesmos. A Companhia adotou o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo assim, os saldos de períodos anteriores estão sendo reclassificados. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38. A Companhia não teve qualquer impacto na adoção do CPC 48 para fins de classificação e mensuração de seus passivos financeiros. O CPC 48 também substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas", que abrange todos os ativos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para a mensuração dessa perda, é avaliada a da situação creditícia específica das contrapartes e os prováveis impactos de mudanças em fatores econômicos ou conjunturais nas perdas de crédito.

A substituição do modelo de perdas incorridas do CPC38 pelo modelo de "perdas de crédito esperadas" não apresentou mudanças relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 47 / IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"

O CPC 47 está baseado em uma abordagem de cinco etapas, que procura identificar os contratos com clientes, suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Ao final, a entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento, considerando a forma e o momento da transferência dos bens ou serviços aos clientes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Esse pronunciamento substituiu o CPC 30 / IAS 18 – "Receitas" e o CPC 17 / IAS11- "Contratos de Construção", bem como as interpretações relacionadas. O efeito da aplicação do CPC 47 não foi considerado relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foi adotado antecipadamente:

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"

A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- ii. reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- iii. reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

A Administração estima que a transição para o CPC 06 / IFRS 16 acarretará uma variação não superior a 0,5% do Ativo Total, sem impactos no Patrimônio Líquido e está relacionado às operações com arrendamento de sua sede administrativa em São Paulo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3.17. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando da apuração dos resultados reais estão apresentadas a seguir:

a) Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, os resultados de julgamentos em tribunais superiores podem criar jurisprudências que difiram do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade das próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

c) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/ desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

e) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

f) Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *Impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

g) Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

4. Combinação de negócios

Aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C

Em 27 de dezembro de 2016 a Unipar concluiu a aquisição de 70,59% do capital social votante e total da Solvay Indupa S.A.I.C. Para contabilização da combinação de negócios, a Companhia optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição.

Na data da aquisição a Companhia mensurou os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos, bem como a participação de não controladores na adquirida.

A operação gerou ganho por compra vantajosa que se justificou pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pela vendedora, combinada com a intenção frustrada de venda anterior do negócio, resultando numa situação de venda forçada, na qual o vendedor foi compelido a agir dessa forma para realização de seus propósitos.

Durante o período de mensuração, que se findou em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não obteve qualquer nova informação que pudesse modificar os valores justos dos ativos e passivos reconhecidos inicialmente para combinação de negócios.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	173	10.015	3.347	28.952
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	162.606	39.459	198.195	49.607
	162.779	49.474	201.542	78.559

Os Certificados de Depósito Bancário - CDBs possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

6. Aplicações financeiras

_		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Cotas de Fundos de Investimentos Certificado de Depósitos Bancários - CDBs/	441.018	169.441	599.293	311.230
Letras Financeiras - LF	42.604	10.013	58.646	10.013
Outras Aplicações	2.000	2.000	2.000	2.000
Circulante	485.622	181.454	659.939	323.243

Os fundos de investimentos não são exclusivos, possuem em suas carteiras, substancialmente, títulos públicos e privados com remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, possibilidade de resgate a qualquer momento e os ativos dos fundos são classificados como baixo risco de crédito.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs e Letras Financeiras registrados na controladora possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Nacionais	107.970	115.846	566.214	550.667
Exterior	-	205	65.335	45.002
Partes relacionadas (Nota 10) Provisão para créditos de liquidação	10.383	24	-	-
duvidosa	(13.084)	(13.115)	(182.228)	(135.911)
Circulante	105.269	102.960	449.321	459.758

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Títulos a vencer	103.416	100.897	429.222	445.001
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	1.539	2.183	28.799	13.397
De 91 a 180 dias	322	43	30.226	1.523
A partir de 180 dias	13.076	12.952	143.302	135.748
	118.353	116.075	631.549	595.669
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.084)	(13.115)	(182.228)	(135.911)
Total da carteira de clientes	105.269	102.960	449.321	459.758

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:

_		Controladora		Consolidado
_	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	13.115	13.206	135.911	136.828
Adições	275	120	48.258	974
Reversões	(306)	(211)	(373)	(1.381)
Ajustes de conversão	<u>-</u>	<u> </u>	(1.568)	(510)
Saldo Final	13.084	13.115	182.228	135.911

Historicamente o percentual de perda de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias, aproxima-se de zero, sendo que para os títulos vencidos acima de 90 dias e ou clientes que eventualmente decretem falência ou recuperação judicial a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

8. Impostos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar	8.624	19.155	37.956	27.764
ICMS	6.492	6.939	16.695	12.394
PIS e COFINS	-	-	1.076	2.354
INSS a compensar	1.208	=	1.208	-
IVA e outros créditos fiscais - Argentina	-	-	16.960	21.053
Restituições a exportações - Argentina	-	=	3.750	5.061
Outros	1.633	1.719	3.404	1.750
	17.957	27.813	81.049	70.376
Circulante	14.031	23.371	65.201	48.701
Não circulante	3.926	4.442	15.848	21.675

IRRF/ IRPJ/CSLL: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação/ saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais no caso dos saldos negativos.

ICMS: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

INSS a compensar: Refere-se a pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

12.865/2013, porém devido ao indeferimento da consolidação do parcelamento solicitamos a restituição dos valores pagos.

PIS e COFINS: Referem-se basicamente a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado e insumos, os quais estão reconhecidos no ativo circulante.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

9. Estoques

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Matérias-primas	14.622	6.934	39.548	49.244
Produtos em processo	3.554	3.470	28.506	22.678
Produtos acabados	9.082	8.690	86.627	82.447
Provisão para desvalorização	-	-	-	(5.995)
Materiais auxiliares e embalagens	3.535	4.330	20.912	6.621
Materiais de manutenção e reparos	26.158	24.151	66.847	66.485
	56.951	47.575	242.440	221.480
Circulante	36.999	31.375	198.621	180.668
Não circulante	19.952	16.200	43.819	40.812

Os materiais de manutenção e reposição são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

10. Depósitos judiciais

		ontroladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Tributários	40.278	42.111	40.342	42.111
Cíveis	-	-	41	-
Trabalhistas	1.053	1.053	1.053	1.053
	41.331	43.164	41.436	43.164

Movimentação dos depósitos judiciais

Controladora	2016	Baixas	para depósitos com demandas judiciais	Atualização monetária	2017
Tributários	47.499	(3.946)	(3.098)	1.656	42.111
Trabalhistas	982	-	-	71	1.053
	48.481	(3.946)	(3.098)	1.727	43.164

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Controladora	2017_	Baixas	Transferências para depósitos com demandas judiciais	Atualização monetária	2018
Tributários	42.111	(1.689)	(88)	(57)	40.277
Trabalhistas _	1.053	(1.589)	897	693	1.054
	43.164	(3.278)	809	636	41.331
			Transferências para depósitos com	Atualização	
Consolidado	2016	Baixas	demandas judiciais	monetária	2017
Consolidado Tributários	2016 47.499	(3.946)	•	•	2017 42.111
			demandas judiciais	monetária	
Tributários	47.499		demandas judiciais	monetária 1.656	42.111

Consolidado	2017	Adições	Baixas	Transferências para depósitos com demandas judiciais	Outras transferências	Atualização monetária	2018
Tributários	42.111	-	(1.689)	(88)	64	(57)	40.341
Trabalhistas	1.053	-	(1.589)	897	-	693	1.054
Cíveis	<u>-</u>	41			<u>-</u> _		41
_	43.164	41	(3.278)	809	64	636	41.436

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 dezembro de 2018 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

a) PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal

R\$ 26.045 (R\$ 26.045 em 31 de dezembro de 2017) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota.

b) Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

R\$ 13.330 (R\$ 13.330 em 31 de dezembro de 2017) de cinco causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão.

c) CSLL

R\$ 1.678 em 31 de dezembro de 2017 para garantir disputa de causa relativa a cobrança de débito de CSLL com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota. Em março de 2018 a Companhia realizou o levantamento integral do depósito judicial no valor de R\$ 1.689.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

11. Partes Relacionadas

			2017		2017	
			Saldos			Transações
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Fornecedores	Vendas	Compras	Outras Despesas
Na Controladora			_	·		
Controlada direta - Indupa Argentina	-	11	709	-	-	-
Controlada indireta - Indupa Brasil	24	22	140	41.582	5.056	-
No Consolidado						
Controlada em conjunto - Solalban	-	1.461	27.361	14.308	120.496	14.308
			2018		204.9	204.9
-					2018	2018
-			Saldos			Transações
_	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Fornecedores	Vendas	Compras	Outras Despesas
Na Controladora						_
Controlada direta - Indupa Argentina	-	7.430	1.238	-	1.417	-
Controlada indireta - Indupa Brasil	10.382	-	29	19.934	-	-
No Consolidado						
Controlada em conjunto - Solalban	-	1.357	35.803	13.130	141.233	13.130

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

		Controladora
	2018	2017
Salários e benefícios de curto prazo	21.625	11.543
	21.625	11.543

12. Investimentos

	Controladora		Consolidado
2018	2017	2018	2017
412.499	286.919	12.594	21.817
215.757	300.355	-	-
77.403	<u>-</u>	<u> </u>	
705.659	587.274	12.594	21.817
	2018 412.499 215.757 77.403	412.499 286.919 215.757 300.355 77.403 -	2018 2017 2018 412.499 286.919 12.594 215.757 300.355 - 77.403 - -

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2017:

Investidas			Lucro líquido		Patrimônio
	Participação _	% Participação	(Prejuízo)	Capital social	Líquido
Em controladas	·				
Indupa Argentina	Direta	87,76	95.158	85.135	326.936
Indupa Brasil	Indireta	87,76	84.603	266.923	137.463
Solalban	Em conjunto	50,90	2.874	35.808	37.617

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2018:

Investidas	Participação	% Participação	Lucro líquido (Prejuízo)	Capital social	Patrimônio Líguido
Em controladas				- F	
Indupa Argentina	Direta	87,76	213.963	85.135	558.228
Indupa Brasil	Indireta	87,76	172.746	277.832	301.275
Solalban	Em conjunto	50,90	1.847	35.808	21.712

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Movimentação dos investimentos

			<u>Equivalênci</u>	a patrimonial			
Controladora	2016	Adição	No resultado	No patrimônio Líquido	Amortização	Recebimento	2017
Investimento em controladas e coligada Mais valia de ativos e passivos e ativos	218.653	53.184	45.111	(30.029)	-	-	286.919
indenizáveis	271.974	77.822		(18.544)	(19.229)	(11.668)	300.355
Total	490.627	131.006	45.111	(48.573)	(19.229)	(11.668)	(2) 587.274

	Equivalência patrimonial							
Controladora	2017	Ajustes de conversão	Adição	No resultado	No patrimônio Líquido	Amortização	Recebimento	2018
Investimento em controladas e coligada	286.919	-	-	187.773	(62.193)	-	-	412.499
Mais valia de ativos e passivos e ativos indenizáveis Efeito da aplicação do IAS 29	300.355	(40.177)	48.935	-	-	(44.421)	(48.935)	215.757
(hiperinflação)				(4.253)	81.656		<u>-</u> _	77.403
Total	587.274	(40.177)	48.935 (3)	183.520	19.463	(44.421)	(48.935)	705.659

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

			Equivalência	patrimonial	
Consolidado	2016	Ajustes de conversão	No resultado	Dividendos recebidos	2017
Solalban					
Investimento em controladas e coligada	25.354	(3.548)	1.668	(1.657)	21.817
	25.354	(3.548)	1.668	(1.657)	21.817
			Equivalência	patrimonial	
Consolidado	2017	Ajustes de conversão	No resultado	Dividendos	2018
Solalban					
Investimento em controladas e coligada	21.817	(8.879)	1.026	(1.285)	12.679
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)		<u>-</u>	(85)	<u>-</u>	(85)
	21.817	(8.879)	941	(1.285)	12.594

- (1) Valor referente à aquisição de participação de minoritários realizada através da oferta pública de ações OPA (vide detalhe na nota explicativa 1).
- (2) Valor referente ao ajuste de preço de aquisição recebido pela Companhia devido a compra de participação de minoritários da Indupa Argentina.
- (3) No primeiro trimestre de 2018 a Companhia concluiu e recebeu o montante de R\$ 48.935 correspondente ao ajuste final de preço de aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, atualmente Indupa Argentina, ocorrida em 27 de dezembro de 2016, decorrente de ajuste de capital de giro que deveria ser apresentado pela Solvay Indupa S.A.I.C na data de aquisição, de acordo com os termos do contrato de compra e venda. Referido montante foi reconhecido no resultado na rubrica "Ajuste de preço de aquisição".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

13. Imobilizado

Controladora	Taxa de depreciação anual					Líquido
	2018	2017	Custo	Depreciação acumulada	2018	2017
Terrenos			247.550		247.550	247.550
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	94.487	(4.052)	90.435	91.381
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	536.544	(42.804)	493.740	515.680
Veículos	20%	20%	250	` (83)	167	250
Móveis e Utensílios	10%	10%	3.640	(651)	2.989	2.546
Demais bens	10%	10%	4.370	(524)	3.846	4.024
Imobilizado em andamento			41.734	` <u>-</u>	41.734	24.702
		_	928.575	(48.114)	880.461	886.133

Consolidado	Taxa anual de depreciação					Líquido
	2018	2017	Custo	Depreciação acumulada	2018	2017
Terrenos			283.874		283.874	282.169
Edificações e Construções	3,33% a 6,67%	3,33% a 6,67%	372.102	(123.099)	249.003	252.234
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	2.468.088	(1.265.162)	1.202.926	1.226.349
Veículos	20%	20%	3.124	(2.064)	1.060	651
Móveis e Utensílios	10%	10%	14.666	(10.124)	4.542	3.580
Demais bens	10%	10%	15.546	(11.223)	4.323	4.308
Imobilizado em andamento	-	-	170.122	(9.015)	161.107	121.391
			3.327.522	(1.420.687)	1.906.835	1.890.682

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	2016	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2017
Terrenos	247.550		_	-	247.550
Edificações e Construções	95.282	49	-	(3.950)	91.381
Equipamentos e Instalações	527.925	28.830	(238)	(40.837)	515.680
Veículos	238	145	-	(133)	250
Móveis e Utensílios	2.548	656	(9)	(649)	2.546
Demais bens	4.652	157	(38)	(747)	4.024
Imobilizado em andamento	18.776	5.926	-	-	24.702
	896.971	35.763	(285)	(46.316)	886.133

Controladora	2017	Adições liquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2018
Terrenos	247.550		_		247.550
Edificações e Construções	91.381	3.106	-	(4.052)	90.435
Equipamentos e Instalações	515.680	21.592	(727)	(42.804)	493.741
Veículos	250	-	· -	(83)	167
Móveis e Utensílios	2.546	1.103	(9)	(651)	2.989
Demais bens	4.024	346	-	(525)	3.845
Imobilizado em andamento	24.702	17.032	-	-	41.734
	886.133	43.179	(736)	(48.115)	880.461

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Consolidado	2016	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Ajustes de conversão	2017
Terrenos	285.976	-	-	-	(3.807)	282.169
Edificações e Construções	267.815	2.740	-	(12.370)	(7.395)	250.790
Equipamentos e Instalações	1.299.246	56.259	(238)	(127.093)	(24.297)	1.203.877
Veículos	1.113	165	(150)	(437)	(42)	649
Móveis e Utensílios	3.434	1.504	(9)	(1.062)	(44)	3.823
Demais bens	4.652	157	(38)	(747)	-	4.024
Imobilizado em andamento	56.413	90.893	<u>-</u>	<u>-</u> _	(1.956)	145.350
_	1.918.649	151.718	(435)	(141.709)	(37.541)	1.890.682

					Eteito de		
		Adições líquidas			Aplicação da	Ajustes de	
Consolidado	2017	de transferências	Baixas	Depreciação	IAS 29	conversão	2018
Terrenos	282.169	_			11.871	(10.166)	283.874
Edificações e Construções	250.790	7.230	-	(13.536)	23.018	(18.499)	249.003
Equipamentos e Instalações	1.203.877	144.279	(728)	(157.386)	82.901	(70.017)	1.202.926
Veículos	649	613	-	(248)	99	(53)	1.060
Móveis e Utensílios	3.823	1.745	(9)	(978)	415	(454)	4.542
Demais bens	4.024	759	-	(460)	-	-	4.323
Imobilizado em andamento	145.350	15.132	<u>-</u> _	<u> </u>	17.384	(16.759)	161.107
	1.890.682	169.758	(737)	(172.608)	135.688	(115.948)	1.906.835

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o encerramento das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2018 não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. Também não houve mudança de estimativa na vida útil dos bens incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

14. Intangível

				Controladora
	Taxa anual de an	nortização		Líquido
	2018	2017	2018	2017
Ágio	-	-	273.025	273.025
Direito de uso de Software	20%	20%	2.827	5.659
		_	275.852	278.684

				Consolidado
	Taxa anual de an	nortização		Líquido
	2018	2017	2018	2017
Ágio	-	-	277.509	280.750
Direito de uso de Software	20%	20%	21.740	5.835
			299.249	286.585

Na controladora

Direito de uso de Software

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbocloro"). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013.Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por Impairment.

Movimentação do intangível com vida útil definida

Controladora	2016	Amortizações	Transferências	2017	
Direito de uso de Software	8.868	(3.335)	126	5.659	
Controladora	2017	Adições	Amortizações	2018	
Direito de uso de Software	5.659	490	(3.322)	2.827	
Consolidado	2016	Amortizações	Transferências	Ajustes de conversão	2017
Direito de uso de Software	9.103	(3.393)	126	(1)	5.835
Consolidado	2017	Adições	Amortizações	Ajustes de conversão	2018

19.675

(3.766)

(4)

5.835

21.740

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Para o encerramento das demonstrações financeiras anuais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil de seus intangíveis e não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Para avaliar a recuperação do valor contábil de seus ativos, a Administração da Companhia aplica a metodologia de valor em uso, de acordo com a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

As premissas-chave consideradas para o teste de *impairment* são as seguintes:

- Volume de vendas:
- Margem de EBITDA;
- Dispêndio anual para investimentos (Capex);
- Taxa de desconto.

Volume de vendas de seus produtos:

O volume de vendas foi estimado com base no desempenho passado da Companhia e no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2019. A taxa de crescimento foi estimada com base nos estudos internos suportados por análises de mercado baseado em correlações históricas de crescimento do mercado indicadores macroeconômicos.

A projeção de vendas levou em conta também a disponibilidade de produtos para comercialização, limitadas à capacidade produtiva.

Margem de EBITDA

A margem de EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) está de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, e correspondem às condições dos mercados onde a Companhia atua.

Dispêndio anual para investimentos (Capex):

Os investimentos referem-se a máquinas equipamentos que serão utilizados nas operações e foram projetados com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Taxa de desconto

As projeções são feitas na moeda funcional da Companhia e descontados pelo custo de capital médio ponderado (WACC) de 17,1 a.a., levando em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos acionistas da Companhia. O custo da dívida é baseado nos juros de financiamentos, que a Companhia é obrigada a honrar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

A Administração da Companhia optou pelo período de cinco anos, por entender que o mesmo demonstra com maior segurança a projeção do seu fluxo de caixa futuro. As estimativas foram efetuadas em termos nominais.

Apesar de a Companhia acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais julgamentos.

15. Fornecedores

	Controladora			Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais	23.889	27.434	176.228	185.943
Fornecedores nacionais (imobilizado)	4.520	6.407	12.973	22.603
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	29	140	-	-
Fornecedores exterior	223	24	4.771	3.596
Fornecedores exterior - partes relacionadas	1.238	709	<u> </u>	
Circulante	29.899	34.714	193.972	212.142

16. Empréstimos e financiamentos

			Controladora	Consolidado		
	Moeda	2018	2017	2018	2017	
Em moeda nacional						
Debêntures - Carbocloro (CDI + 2,15% a.a.) (1)	R\$	356.058	_	356.058	-	
Debêntures Investimentos - Carbocloro (CDI + 2,00%						
a.a.) (2)	R\$	151.872	252.554	151.872	252.554	
Capital de Giro - Carbocloro (2018 - CDI + 2,90 %						
a.a 2017 - CDI + 3,27% a.a.) (3)	R\$	338.815	351.234	338.815	351.234	
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa BR (2018: 8,14%						
a.a.,2017: 14,97 % a.a.,) (4)	R\$	-	-	69.769	69.729	
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR (2018:	A D.A			00.040	47.500	
63,19%a.a. 2017: 27,38% a.a.) (6) Capital de Giro CDI - Indupa BR (CDI + 3,65% a.a.)	AR\$	-	-	20.040	47.598	
(5)	R\$	-	-	9.308	27.543	
BNDES - Carbocloro (TJLP + 2,23% a.a.) (7)	R\$	6.206	11.873	6.206	11.873	
BNDES - Carbocloro (SELIC + 2,36% a.a.) (7)	R\$	7.200	9.226	7.200	9.226	
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1.40% a.a.) (8)	R\$		-	21.237	-	
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,87% a.a.) (9)	R\$	_	_	7.308	_	
BNDES - Indupa BR (IPCA + 2,14% a.a.) (9)	R\$	_	_	10.037	9.169	
ENDES madpa Ent (ii 6/1 + 2, 14/0 d.d.) (6)	ΤΨ			10.007	0.100	
Em moeda estrangeira						
BNDES (2,56% a.a.). (5)	US\$	_	2.020	_	2.020	
Capital de Giro (2018: 4,85% a.a., 2017: 2,71%	004		2.020		2.020	
a.a.)(10)	US\$	-	_	29.996	59.422	
, ,		860.151	626.907	1.027.846	840.368	
Circulante		340.159	239.403	477.918	437.279	
Não circulante		519.992	387.504	549.928	403.089	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170 será amortizada integralmente em 20 de março de 2020. A 2ª série no valor de R\$ 139.830 será amortizada em duas parcelas anuais vencíveis em 20 de março de 2021 e 2022. Os juros são pagos semestralmente para ambas séries a partir de setembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 356.058 está demonstrado líquido dos custos a amortizar no montante de R\$ 3.966, que foram diferidos pelo prazo do contrato de acordo com CPC 08 (R1) Custo de transação e prêmios na emissão e títulos e valores mobiliários.
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em novembro de 2013 para a aquisição dos 50% de participação adicional no capital da Carbocloro, amortizadas semestralmente, com vencimento final para maio de 2020, garantidas por cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas controladores.
- (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo R\$ 75.000, com juros amortizáveis semestralmente, valor principal a ser amortizado em junho 2019, R\$ 100.000, com juros pagos semestralmente, valor principal amortizado em duas parcelas anuais, com vencimentos em julho de 2018 e 2019, R\$ 99.780, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em quatro parcelas trimestrais a partir de março de 2020 e empréstimo no montante de R\$133.701, contrabalanceado por swap no montante de R\$ 23.240, de modo que o efeito líquido no passivo é de R\$ 111.776, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em 5 parcelas trimestrais a partir de janeiro de 2020.
- (4) Empréstimos de curto prazo captados em datas diversas pela Indupa Brasil para capital de giro sem garantias.
- (5) Captação destinada à reforço de caixa da Indupa Brasil lastreada à exposição com início em 21 de fevereiro de 2017 e vencimento em 22 de fevereiro de 2019 com amortização de principal e juros
- (6) Empréstimos de curto prazo captados pela Indupa Argentina, em Pesos para capital de giro sem garantias
- (7) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
- (8) Captações destinadas à investimentos ambientais, projetos sociais, aquisições de máquinas e equipamentos nacionais para modernização da planta de Santo André. O empréstimo é garantido através de fiança bancária.
- (9) Captações destinadas à modernização da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André, a garantia dessa operação é o aval da Unipar. A primeira liberação foi realizada em novembro de 2018.
- (10) Empréstimos em curto prazo captados pela Indupa Argentina em dólares para capital de giro, em grande parte, com lastro de exportação. Pré financiamento de exportação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
2019	340.159	477.918
2020	376.486	384.826
2021	73.592	81.065
2022	69.914	73.139
2023 em diante	-	10.898
	860.151	1.027.846

Certos empréstimos e financiamentos apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

17. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. Tais contratos, além de englobarem o preço da energia efetivamente contratada, contêm encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE").

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2018, os respectivos processos continuam em discussão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Não há discussões sobre os valores da CDE relativas aos períodos posteriores a agosto de 2017.

18. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em "provável", "possível" e "remota".

Para estas causas são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue.

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Fiscais	24.652	20.572	28.956	27.780
Trabalhistas e previdenciárias	17.266	27.037	46.866	52.033
Cíveis	837	58.150	4.544	58.222
Total	42.755	105.759	80.366	138.035
Depósitos judiciais fiscais	(17.287)	(17.110)	(17.445)	(17.340)
Depósitos judiciais trabalhistas	(3.545)	(6.352)	(13.511)	(15.006)
Total	(20.832)	(23.462)	(30.956)	(32.346)
Circulante		- 20.207		329
Não Circulante	21.923	82.297	49.410	105.360

Movimentação das provisões para demandas judiciais está demonstrada a seguir:

Controladora	2016	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	2017
Fiscais	23.583	4.065	(7.709)	-	633	20.572
Trabalhistas e previdenciárias	24.510	6.053	(3.948)	-	422	27.037
Cíveis	61.316	1.722	(7.637)	-	2.749	58.150
Depósitos Judiciais	(18.205)	(3.235)	1.340	(2.917)	(445)	(23.462)
	91.204	8.605	(17.954)	(2.917)	3.359	82.297

			Baixas/		Atualização	
Controladora	2017	Adições	Reversão	Transferências	monetária	2018
Fiscais	20.572	4.562	(483)	-	-	24.651
Trabalhistas e						
previdenciárias	27.037	-	(9.771)	-	-	17.266
Cíveis	58.150	1.379	(58.692)	-	-	837
Depósitos Judiciais	(23.462)	(31.498)	33.357	809	(37)	(20.831)
	82.297	(25.557)	(35.589)	809	(37)	21.923

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Consolidado	2016	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	Ajuste de Conversão	2017
Fiscais	30.375	4.487	(7.715)	-	633	-	27.780
Trabalhistas e previdenciárias	44.971	13.675	(6.512)	-	422	(523)	52.033
Cíveis	61.316	1.794	(7.637)	-	2.749	-	58.222
Outros	-	68	(68)	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	(25.734)	(2.998)	(252)	(2.917)	(445)		(32.346)
	110.928	17.026	(22.184)	(2.917)	3.359	(523)	105.689

Consolidado	2017	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2018
Fiscais	27.780	4.743	(3.568)	-	-	-	28.955
Trabalhistas e previdenciárias	52.033	8.846	(12.152)	-	-	(1.861)	46.866
Cíveis	58.222	5.058	(58.736)	-	-	-	4.544
Depósitos Judiciais	(32.346)	(34.725)	35.279	874	(37)		(30.955)
	105.689	(16.078)	(39.177)	874	(37)	(1.861)	49.410

As principais demandas judiciais e respectivos honorários, quando aplicáveis, estão descritas a seguir:

Na Controladora

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") - Prováveis

Refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre Lucro Distribuído e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990, cuja avaliação dos consultores jurídicos é de probabilidade de perda provável, para a qual se mantém provisão de R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2017).

ii. Outros processos fiscais - Prováveis

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 16.850 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 11.930 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionados.

iii. Demais processos fiscais - Possíveis

São compostos por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas,

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros que totalizam o montante de R\$ 23.165 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 32.239 em 31 de dezembro de 2017). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhista e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 17.248 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 26.939 em 31 de dezembro de 2017) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 37.706 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 47.324 em 31 de dezembro de 2017).

c) Demandas judiciais cíveis

i. Processo judicial FINEP

Refere-se, basicamente, a discussão sobre valor de empréstimo tomado junto à Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") em 1986. Em maio de 2016 houve julgamento realizado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região ratificando a tese de aplicação da metodologia de juros simples, a qual era pleiteada pela Unipar, para cálculo dos valores devidos. No terceiro trimestre de 2018 foi homologado acordo entre as partes onde a Companhia pagou à FINEP o montante de R\$ 26.968 correspondente à sua participação de 51% no total da dívida executada e sendo excluída do polo passivo da execução. O saldo remanescente provisionado no montante de R\$ 23.015 foi revertido no resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

d) Demandas judiciais ambientais

i. Demanda judiciais não mensuráveis

O Ministério Público Federal ("MPF") requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. A Companhia

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

interpôs recurso especial, o qual encontra-se em julgamento no Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, a Companhia entende que não é possível, no momento, atribuir valores confiáveis ao processo.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irrecuperáveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. Perícia foi realizada em 13 de julho de 2016 e aguarda elaboração de laudo pericial e ainda não recebido. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo, a Companhia entende que não é possível, no momento, atribuir valores confiáveis ao processo.

e) Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2018 o montante dessas provisões é de R\$ 2.315 (R\$ 11.166 em 31 de dezembro de 2017).

Na controlada Indupa Brasil

As principais demandas judiciais e respectivos honorários estão descritas a seguir:

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a reexpressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda somente para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Companhia decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Companhia posteriormente.

Em 31 de dezembro de 2018 o valor total da causa é de R\$ 38.919 (R\$ 38.385 em 31 de dezembro de 2017). A Causa, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, foi segregada de acordo com as ações realizadas no pleito como provável, possível e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

remota. O montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como provável, registrou provisão no valor de R\$ 2.047 (R\$ 2.019 em 31 de dezembro de 2017) e o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como possível é de R\$ 33.582 (R\$ 33.119 em 31 de dezembro de 2017).

ii. Outros processos fiscais - Prováveis

Disputas no montante de R\$ 165 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.128 em 31 de dezembro de 2017), basicamente representada por processo relativo a imposto municipal, avaliadas como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionadas.

iii. Demais processos fiscais - Possíveis

Além do processo descrito no item "i", a Companhia possui disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 28.911, Auto de Infração questionando a utilização do prejuízo fiscal de 2009 no montante de R\$ 39.580 e outros processos que montam R\$ 7.834. Com isso o montante de R\$ 109.907 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 108.845 em 31 de dezembro de 2017) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de outubro de 2018 o montante dessas provisões é de R\$ 2.092 (R\$ 2.060 em 31 de dezembro de 2017).

c) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 25.805 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 21.303 em 31 de dezembro de 2017) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 10.284 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 15.722 em 31 de dezembro de 2017).

d) Demandas judiciais cíveis

i. Demandas judiciais cíveis - Prováveis

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 3.707 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ R\$ 72 em 31 de dezembro de 2017) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 25.308 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 14.054 em 31 de dezembro de 2017).

Na controlada Indupa Argentina

- a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias
 - i. Processos trabalhistas e previdenciários Prováveis

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 3.795 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.694 em 31 de dezembro de 2017).

19. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

		Consolidado
	2018	2017
Passivo ambiental	21.868	42.767
Circulante	4.522	17.889
Não circulante	17.346	24.878

Movimentação das provisões para passivo ambiental

Consolidado	2016	Adicões	Utilização	Ajustes de conversão	2017
Passivo ambiental	60.134	18.202	(36.249)	680	42.767

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Consolidado	2017	Adições	Reversões	Utilização	conversão	2018
Passivo ambiental	42.767	15.950	(9.652)	(15.935)	(11.262)	21.868

20. Débito com terceiros

Corresponde a dívida com a Solvay Vinyls Holding A.G. relacionada com a aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, no montante de US\$ 136 milhões sobre a qual incide encargos de 3% a.a. pagos anualmente e amortização do principal em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

Essa dívida possui cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros *(covenants)*. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava adimplente com o atendimento dessas cláusulas.

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos	667.399	316.871	676.737	336.861
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(226.916)	(107.736)	(230.091)	(114.533)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	63.843	15.338	329	585
Desinvestimento na coligada Tecsis	-	48.101	-	48.101
Atualização monetária sobre resultado de participação				
societária	(1.446)	-	(1.446)	
Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina	-	-	11.512	453
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	(40.476)	-
Outros	3.211	(5.417)	1.492	(6.347)
Total créditos de diferenças permanentes	65.608	58.022	(28.589)	42.792
Efeito no Ano de Créditos Tributários Temporais não reconhecidos				
Realização de diferenças temporárias de exercícios anteriores			12.787	
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	7.684	-
Créditos tributários não reconhecidos em anos anteriores	-	_	7.004	-
Diferenças temporárias		_	44.363	
Prejuízos fiscais reconhecidos	21.949	35.500	64.549	41.144
· ·				
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(139.359)	(14.214)	(129.297)	(30.597)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	20,88%	4,49%	19,11%	9,08%
IRPJ e CSLL differidae	(100.056)	(22.963)	(135.035)	(51.260)
IRPJ e CSLL diferidos	(39.303)	8.749	5.738	20.663
Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL	(139.359)	(14.214)	(129.297)	(30.597)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros o disposto na Instrução CVM nº 371/02. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros, descontados a valor presente. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Imposto diferido ativo				
Demandas judiciais	12.381	33.802	22.618	33.802
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	42.019	-
Ágio a amortizar	18.884	22.860	18.884	22.860
Valor justo de instrumentos financeiros	3.875	12.917	3.875	12.917
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição				
social	37.955	51.237	138.559	52.327
Passivo ambiental	-	-	7.271	-
Obrigação com benefícios a empregados (IAS 19)	1.179	1.133	13.506	4.891
Outros	36.916	36.621	69.145	51.546
Total do imposto diferido ativo	111.190	158.570	315.877	178.343
Imposto diferido passivo				
Combinação de negócios	(65.658)	(67.890)	(65.658)	(67.890)
Efeito da depreciação (contábil / fiscal)	(79.949)	(78.316)	(115.779)	(78.316)
Tributos diferidos sobre mais valia	(214.982)	(219.986)	(214.982)	(219.986)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	(47.491)	-
Atualizações Monetárias	(2.927)	(2.927)	(2.927)	(2.927)
Encargos capitalizados	(3.159)	(2.883)	(4.846)	(2.883)
Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia				
Indupa Argentina	19.965	6.305	19.965	6.305
Total do imposto diferido passivo	(346.710)	(365.697)	(431.718)	(365.697)
Líquido Ativo (Passivo) de imposto diferido	(235.520)	(207.127)	(115.841)	(187.354)
Provisão por <i>impairment</i>	_	_	- (58.004)	_
Líquido Ativo (Passivo) de imposto diferido após			(00.001)	
impairment	(235.520)	(207.127)	(173.845)	(187.354)
Total do imposto diferido ativo	111.190	158.570	315.877	178.343
Provisão por <i>impairment</i>	-	-	(58.004)	-
Ativo realizável passível de compensação	111.190	158.570	257.873	178.343
Passivo de imposto diferido líquido após				
impairment	(235.520)	(207.127)	(273.968)	(207.127)
Ativo (Passivo) de imposto diferido líquido após	(======)	(==:::=:)	(=: 0:000)	(==:::=:)
impairment	-	-	100.123	19.773

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

O prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos da Companhia foi estimado de acordo com a realização de diversos eventos projetados e está dividido conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
2018	18.843	39.260
2019	15.427	36.061
2020	15.835	32.336
2021	14.050	28.205
2022	12.149	3.016
2023 em diante	34.886	118.995
	111.190	257.873

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente.

A Companhia no exercício de 2018, baseada em projeção de resultados futuros, contabilizou um ativo fiscal sobre resultados negativos de exercícios anteriores no montante de R\$ 19.200 de base negativa de contribuição social e liquidou durante o exercício os parcelamentos pela adesão ao PERT (Lei 13.496/2017) no montante de R\$ 2.749, sendo R\$ 2.021 com a utilização de prejuízos fiscais não operacionais e R\$ 728 de base negativa da contribuição social.

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 525.257 (R\$ 533.343 em 31 de dezembro de 2017) e da base negativa de contribuição social é de R\$ 54.579 (R\$ 275.998 em 31 de dezembro de 2017).

A Controlada Indupa Brasil no exercício de 2018, baseada em projeção de resultados futuros, contabilizou um ativo fiscal sobre resultados negativos de exercícios anteriores no montante de R\$ 42.600, correspondente a R\$ 31.300 de prejuízos fiscais e R\$ 11.300 de base negativa de contribuição social. A Controlada ainda possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não foi reconhecido ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 168.973 (R\$ 316.783 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 175.122 (R\$ 323.256 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

22. Obrigações com benefícios aos empregados

_	Controladora		Consolidado	
_	2018	2017	2018	2017
Plano de pensão	-	-	1.382	1.269
Plano de saúde	3.467	2.865	34.481	27.941
Benefícios rescisórios	-	-	6.441	14.027
Provisão para gratificação por tempo de serviço	<u> </u>	469	896	1.285
Total	3.467	3.334	43.200	44.522

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

a) Plano de contribuição definida

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2018, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 2.003 (R\$ 2.036 no exercício de 2017), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

	2018	2017
Taxa de desconto nominal	9,81% a 10,06% a.a.	10,58% a 10,64% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,75 % a.a.	5,00 % a.a.
Taxa nominal do benefício	4,75 % a.a.	5,00 % a.a.
Inflação médica	8,42 % a.a.	8,67 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2018 é de 102 (102 em 31 de dezembro de 2017). Atualmente o número de assistidos é de 94.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

_		Controladora
	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais	60.274	56.331
Valor justo dos ativos	(82.404)	(75.020)
Superávit	(22.130)	(18.689)
Efeito do teto do ativo	22.130	18.689
Passivo atuarial líquido	-	-

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é demonstrada a seguir:

_		Controladora
_	2018	2017
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	56.331	56.167
Custo financeiro	5.705	6.179
Perdas atuariais - experiência	813	(5.031)
Perdas/ ganhos atuariais - premissas financeiras	2.398	3.942
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(4.973)	(4.926)
Saldo em 31 de dezembro	60.274	56.331

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é demonstrada a seguir:

		Controladora
	2018	2017
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	75.020	66.195
Receitas de juros sobre os ativos do plano	4.534	6.289
Retorno esperado sobre os ativos do plano	7.690	7.343
Contribuições do empregador	133	119
Benefícios pagos	(4.973)	(4.926)
Saldo em 31 de dezembro	82.404	75.020

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é demonstrada a seguir:

		Controladora
	2018	2017
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	(7)	(8)
Contribuições da patrocinadora Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do	(133)	(119)
ativo no período	140	127
Passivo atuarial líquido		

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2018 é de R\$ 8 e a projeção para o exercício sequinte é de receita atuarial de R\$ 8.

d) Benefícios rescisórios - multa de FGTS

De acordo com a política de desligamento da Companhia, ocorria o desligamento compulsório dos colaboradores com regime de trabalho em horário administrativo quando atingisse a idade limite de 62 anos e com regime de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento quando atingisse a idade limite de 60 anos. Nesses casos a política definia o pagamento de todas as verbas rescisórias normalmente pagas no desligamento, inclusive a multa rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Durante o primeiro trimestre de 2017, a Companhia implementou mudanças na sua política de desligamento de colaboradores, na qual não mais prevê o desligamento compulsório com limites de idade, motivo pelo qual reverteu a provisão de benefícios rescisórios no montante de R\$19.765, contabilizada no resultado do exercício de 2017 em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

e) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2018 é de 381 (430 em 31 de dezembro de 2017). Atualmente o número de assistidos é de 26.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

A movimentação do passivo atuarial desse benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentada a seguir:

_		Controladora
_	2018	2017
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	2.865	2.350
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e custo de serviço passado	455	335
Contribuições da patrocinadora	(495)	(538)
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e variação de teto do ativo no período	642	718_
_	3.467	2.865

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2018 é de R\$ 455 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 467.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

		Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 20	
Descrição da premissa	Avaliação do impacto	Plano de previdência	Plano de saúde
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(2.490)	(109)
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	2.741	102
Taxa de reajuste de benefício	Aumento de 0,5%	2.638	-
Taxa de reajuste de benefício	Redução de 0,5%	(2.463)	-
Taxa da inflação médica	Aumento de 1%	-	144
Taxa da inflação médica	Redução de 1%	-	(160)
Tábua de mortalidade (idade)	Aumento de +1	(1.620)	(231)
Tábua de mortalidade (idade)	Redução de -1	1.600	222

Na Indupa Brasil

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Brasil patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão a seguir descritas:

	2018	2017
Taxa de desconto nominal	9,06% a 9,84% a.a.	9,88% a 10,37% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,75% a 4,97% a.a.	4,60% a 5,00% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	5,27 % a.a.	5,53 % a.a.
Inflação médica	3,90 % a.a.	7,85 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Rotatividade - plano médico	Mercer Service	Mercer Service
Rotatividade - demais planos	Experiência informada pela Companhia	Experiência informada pela Companhia

c) Plano de Pensão

A Companhia mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2018 é de 2 (2 em 31 de dezembro de 2017). O Passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.381 (R\$ 1.269 em 31 de dezembro de 2017).

d) Plano de Saúde

A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2018 é de 158 (102 em 31 de dezembro de 2017). O Passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 31.014 (R\$ 25.076 em 31 de dezembro de 2017).

e) Gratificações de tempo de casa

A controlada oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2018 é de 292 (289 em 31 de dezembro de 2017). O Passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 896 (R\$ 816 em 31 de dezembro de 2017).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

f) Benefícios rescisórios

A Companhia proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial. O Passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 763 (R\$ 973 em 31 de dezembro de 2017).

As projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir

Despesas	
	2019
Plano de Pensão	127
Plano de saúde	2.885
Benefícios Rescisórios	129
Gratificação por tempo de casa	192
	3.333

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (*Fideicomisso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão a seguir descritas:

	2018	2017
Taxa de desconto nominal	16,60 % a.a.	15,23 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	10,00 % a.a.	10,00 % a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	10,55 % a.a.	12,20 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Rotatividade - demais planos	Experiência informada pela Companhia	Experiência informada pela Companhia

c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2018 é de 535 (542 em 31 de dezembro de 2017). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 5.440 (R\$ 13.127 em 31 de dezembro de 2017). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 1.128.

23. Capital social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

A Companhia capitalizou parte do saldo da reserva estatutária, denominada reserva para investimento, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações, com a emissão de ações atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação. As novas ações emitidas foram distribuídas de forma gratuita e beneficiaram os acionistas proporcionalmente à participação acionária em 20 de dezembro de 2018.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 474.415 (R\$ 384.331 em 31 de dezembro de 2017), composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

Quantidade de ações (milhares)

	2018	2017
Ações ordinárias	30.382	27.850
Ações preferenciais Classe A	2.530	2.591
Ações preferenciais Classe B	58.234	53.109
	91.146	83.550
-		

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 3.696.258 ações em tesouraria (2.921.547 ações em 31 de dezembro de 2017) no valor contábil de R\$ 33.221 (R\$ 14.879 em 31 de dezembro de 2017). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro de 2018 representava R\$ 136.342 (R\$ 46.387 em 31 de dezembro 2017).

No transcorrer do exercício de 2018, a Companhia efetuou recompra de 469.700 ações ao preço médio ponderado de R\$ 39,05 por ação, totalizando R\$ 18.341. As ações foram adquiridas, através do programa de recompra aprovado pela Administração em 09 de novembro de 2018 com objetivo de permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Decorrente do aumento de capital, citado na nota 23(a), houve um acréscimo de 305.011 ações a título de bonificação.

A movimentação detalhada das ações de tesouraria está demonstrada a seguir:

Ações em tesouraria	Nº ações em 31/12/2017	Recompras	Bonificação	Nº ações em 31/12/2018
Ações ordinárias	97.687	37.300	12.272	147.259
Ações preferências - A	98	5.500	508	6.106
Ações preferências - B	2.823.762	426.900	292.232	3.542.894
Total	2.921.547	469.700	305.012	3.696.259

24. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva de retenção de lucros	Reserva para investimento	Reserva de Lucros à Realizar	Total
Em 31 de dezembro de 2016	41.565	41.565	65.501	287.936	294.134	730.701
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	-	359	-	359
Dividendos intermediários	-	-	(65.501)	(42.934)	(254.365)	(362.800)
Constituição de Reservas	15.133	15.133	-	200.510	-	230.776
Realização de Reservas		<u> </u>		<u>=</u> _	(19.229)	(19.229)
Em 31 de dezembro de 2017	56.698	56.698		445.871	20.540	579.807
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	-	417	-	417
Dividendos intermediários	-	-	-		(20.540)	(20.540)
Aumento do Capital Social	-	-	-	(90.084)	-	(90.084)
Constituição de Reservas	26.402	26.402		349.826		402.630
Em 31 de dezembro de 2018	83.100	83.100		706.030		872.230

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Os saldos das reservas de lucros, exceto para contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar excedentes ao valor do capital social serão destinadas até o final do exercício de 2019.

a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos - estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

d) Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída com base em lucros não realizados de acordo com a legislação societária. No exercício de 2016, foram apurados lucros não realizados decorrentes de combinação de negócios.

A realização desta reserva até 2017 ocorria conforme a depreciação, amortização ou pela realização efetiva dos ativos decorrentes da combinação de negócios.

Em 2018 a Companhia deliberou por distribuir o saldo desta reserva, no montante de R\$ 20.540, como dividendos intermediários.

e) Reserva de retenção de lucros

Constituída mediante a retenção do lucro líquido, após constituição de outras reservas e pagamento de dividendos, com a finalidade de fazer jus ao orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

25. Receita operacional líquida

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.477.868	1.269.132	4.089.141	3.452.041
Mercado externo	14.371	9.498	269.193	264.249
-	1.492.239	1.278.630	4.358.334	3.716.290
Impostos e outras deduções sobre vendas	(346.697)	(294.396)	(892.975)	(708.986)
Deduções sobre exportações - Argentina	-	-	3.774	12.288
Receita líquida de vendas	1.145.542	984.234	3.469.133	3.019.592

26. Despesas por natureza

	Controladora Consolida			Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e				
consumo	(297.149)	(302.301)	(1.607.697)	(1.494.978)
Despesa com salários, honorários, benefícios e				
encargos a empregados e administradores	(147.024)	(126.060)	(400.117)	(409.156)
Encargos de depreciação e amortização	(95.858)	(68.880)	(176.372)	(145.102)
Serviços de terceiros	(67.407)	(66.086)	(177.290)	(195.309)
Despesas com fretes de vendas	(48.340)	(58.361)	(132.177)	(145.859)
Outras	(23.875)	(41.248)	(114.283)	(97.382)
	(679.653)	(662.936)	(2.607.936)	(2.487.786)
Custo dos produtos vendidos	(485.112)	(486.371)	(2.209.155)	(2.114.627)
Despesas com vendas	(48.340)	(58.361)	(151.203)	(175.040)
Despesas administrativas	(146.201)	(118.204)	(247.578)	(198.119)
	(679.653)	(662.936)	(2.607.936)	(2.487.786)

A Companhia e sua controlada Indupa Brasil mantêm um acordo de longo prazo para compras/fornecimento de matéria-prima que determina quantidades anuais mínimas e máximas a preços que são ajustados periodicamente. A estimativa anual de desembolso atinge cerca de R\$ 550.000.

27. Resultado com desinvestimento Tecsis

	Controladora			Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Reversão de provisão com perdas	-	110.203	-	110.203
Perda financeira com debêntures	-	(55.000)	-	(55.000)
Amortização de ágio	-	(55.000)	-	(55.000)
Realização de resultados abrangentes de exercícios anteriores	-	(16.432)	-	(16.432)
Perdas no primeiro trimestre de 2017	-	(10.804)	<u> </u>	(10.804)
	-	(27.033)	-	(27.033)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

<u> </u>	Controladora			Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Reversão (constituição) para demandas judiciais Reversão da provisão atuarial - Multa FGTS e	16.679	(7.193)	3.625	(15.592)
Aviso Prévio	-	19.765	-	19.765
Reversão (constituição) de provisão para Passivo				
Ambiental	-	-	(7.784)	740
Provisão para reestruturação	-	-	(12.370)	(65.800)
Reversão (constituição) da provisão para créditos				
de liquidação duvidosa	31	(90)	(46.317)	733
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.169)	(1.527)	(17.585)	(15.590)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	15.541	10.955	(80.431)	(75.744)

29. Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
-	2018	2017	2018	2017
Receita financeira				
Receitas de equivalentes de caixa e TVM	40.124	25.830	57.513	35.295
Variações cambiais e monetárias ativas	681	1.755	98.275	31.351
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	14.163	-
Outras receitas	2.739	2.252	(20.588)	8.869
	43.544	29.837	149.363	75.515
Despesa financeira Juros e demais encargos sobre empréstimos		_		
e financiamentos	(85.758)	(51.650)	(143.095)	(100.153)
Variações cambiais e monetárias passivas	` (95)	(7.699)	(172.044)	(43.107)
Outras despesas financeiras	(4.1 ⁷⁷)	(3.948)	11.871	(26.091)
	(90.030)	(63.297)	(303.268)	(169.351)
Resultado financeiro líquido	(46.486)	(33.460)	(153.905)	(93.836)

30. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 23 (d). Não há efeito diluitivo no resultado atribuível aos acionistas.

					2018
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Ações em tesouraria (em milhares)	Quantidade de ações, exceto as em tesouraria (em milhares)	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	171.353	30.382	(147)	30.235	5,6674
Ações Preferenciais Classe A	15.731	2.530	(6)	2.530	6,2342
Ações Preferenciais Classe B	340.956	58.234	(3.543)	54.691	6,2342
Total	528.040	91.146	(3.696)	87.456	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

					2017
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Ações em tesouraria (em milhares)	Quantidade de ações, exceto as em tesouraria (em milhares)	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	97.763	27.850	(98)	27.752	3,5227
Ações Preferenciais Classe A	10.038	2.591	-	2.591	3,8750
Ações Preferenciais Classe B	194.856	53.109	(2.824)	50.285	3,8750
Total	302.657	83.550	(2.922)	80.628	

31. Dividendos

Conforme artigo 34 do estatuto social da Unipar, a Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os cálculos dos dividendos para os exercícios de 2018 e 2017, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

a) Dividendos propostos do exercício

	2018	2017
Lucro líquido ao final do exercício	528.040	302.657
(-) Constituição de reserva legal - Nota 24 (a)	(26.402)	(15.133)
Lucro líquido realizado	501.638	287.524
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	125.410	71.881
Reversão (constituição) de reserva de lucros a realizar - Nota 24 (d)	-	19.229
Dividendos propostos	125.410	91.110
Saldo remanescente a destinar	376.228	215.643
(-) Reserva especial de dividendos - Nota 24 (b)	(26.402)	(15.133)
(-) Reserva para investimentos - Nota 24 (c)	(349.826)	(200.510)

b) Dividendos a pagar

	2018	2017
Saldo Inicial	100.148	33.962
Pagamentos	(89.226)	(32.047)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	(417)	(359)
Dividendos intermediários	120.540	362.800
Dividendos intermediários pagos no ano	(117.735)	(355.318)
Dividendos propostos	125.410	91.110
Compensação de Dividendos Antecipados no ano	(100.000)	-
Saldo final	38.720	100.148

Em 14 de março de 2019, a Administração propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

125.410, sendo que destes, o montante de R\$ 100.000 foi deliberado como dividendos intermediários de forma antecipada em outubro de 2018.

As ações preferenciais classe A tem prioridade no recebimento de dividendos. Essa classe de ações recebe a totalidade dos dividendos até o limite equivalente a 10% de rendimento sobre a parcela do capital social constituída por esta classe de ações. Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação

Tipo de ação	Dividendo por ação
ON	1,35
PNA	1,48
PNB	1,48

32. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Gestão de risco e instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

hedge ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

33.1. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

		Controladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI				
Caixa e Equivalentes de caixa	162.606	10.013	198.195	20.161
Aplicações financeiras	485.622	169.441	659.939	311.230
Empréstimos e financiamentos (i)	(846.745)	(603.788)	(856.053)	(631.331)
Total	(198.517)	(424.334)	2.081	(299.940)
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA				
Empréstimos e financiamentos		_	(10.037)	_
Total		-	(10.037)	
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC				_
Empréstimos e financiamentos	(7.201)	(9.226)	(7.201)	(9.226)
Total	(7.201)	(9.226)	(7.201)	(9.226)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou nas transações indexadas a CDI, SELIC e IPCA, as taxas válidas para o dia 31 de dezembro de 2018.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e é exposta a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008, os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

Controladora		Taxa	Cenário	Provável		variação de 5%		variação de 0%
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
	Aumento/							
CDI (i)	(Redução)	6,40%	6,40%	-	8,00%	(2.914)	9,60%	(5.795)
					Cenário I	variação de	Cenário II	variação de
Consolidado		Taxa	Cenário	Provável	2	5%	50	0%
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
CDI (i)	Aumento/ (Redução) Aumento/	6,40%	6,40%	-	8,00%	(2.178)	9,60%	(4.336)
IPCA	(Redução)	3.75%	3.75%	_	4.69%	(23)	5.63%	(46)

 i) Para efeitos de cálculo no resultado, consideramos o contrato de empréstimo BNDES Selic em conjunto com o CDI pelo fato das variações nesses índices serem praticamente as mesmas.

b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial é defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e os fluxos de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos originalmente indexados às moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o período.

	C	ontroladora		Consolidado
	2018	2017	2018	2017
Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)				
Caixa e Equivalentes de caixa	-	-	781	14.971
Empréstimos de curto e longo prazo	-	-	(29.538)	(58.972)
Débito com terceiros	-	-	(530.486)	(452.819)
Contas a receber de clientes	-	205	138.063	73.133
Outros ativos circulantes	51	-	5.455	60.723
Fornecedores	(626)	(722)	(40.120)	(79.160)
Outros passivos circulantes	(18.755)	-	(20.853)	-
Total	(19.330)	(517)	(476.698)	(442.124)

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 31 de dezembro de 2018, divulgada no Banco Central.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

Controladora			Cenário	Provável		variação de 5%		variação de 0%
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	3,8748	3,8748	-	4,8435	(4.833)	5,8122	(9.665)
Consolidado			Cenário	Provável		variação de 5%		variação de 0%
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	3,8748	3,8748	-	4,8435	(116.194)	5,8122	(234.622)

33.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia. Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

33.3. Risco de liquidez

É o risco de Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Controladora				
Em 31 e dezembro de 2018				
Empréstimos	340.159	376.486	143.506	
Fornecedores	29.899	<u> </u>		
Em 31 e dezembro de 2017				
Empréstimos	239.403	239.791	147.713	-
Fornecedores	34.714			_
Consolidado Em 31 e dezembro de 2018				
Empréstimos	477.918	384.826	165.102	
Débito com terceiros	199		510.413	19.874
Fornecedores	193.972	<u> </u>		
Em 31 e dezembro de 2017				
Empréstimos	437.279	251.481	151.608	_
Débito com terceiros	170		181.064	271.596
Fornecedores	212.142			

33.4. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 16)	860.151	626.907	1.027.846	840.368
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(162.779)	(49.474)	(201.542)	(78.559)
Menos – aplicações financeiras (Nota 6)	(485.622)	(181.454)	(659.939)	(323.243)
Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos	211.750	395.979	166.365	438.566
Total do patrimônio líquido (1)	1.347.520	990.925	1.347.520	990.925
Índice de alavancagem financeira - %	15,71	39,96	12,35	44,26

(1) Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

33.5. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *Impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

	Notas		Controladora		Consolidado
		2018	2017	2018	2017
Ativos	•		<u> </u>		
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	5	162.779	49.474	201.542	78.559
Aplicações financeiras	6	485.622	181.454	659.939	323.243
Contas a receber	7	105.269	102.960	449.321	459.922
Total		753.670	333.888	1.310.802	861.724
Passivos					
Valor justo por meio do resultad	0				
Operações de Swap	16	23.240	-	23.240	-
Custo amortizado					
Empréstimos	16	(527.334)	(626.907)	(695.029)	(840.368)
Débito com terceiros	20	-	-	(530.486)	(452.830)
Fornecedores	15	(29.899)	(34.681)	(213.051)	(213.015)
Energia elétrica	17	(92.564)	(107.322)	(181.562)	(186.253)
Outros passivos	-	(12.602)	(4.736)	(54.900)	(59.729)
Total	•	(639.159)	(773.646)	(1.651.788)	(1.752.195)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Instrumentos financeiros

"Swap"

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia detém a seguinte operação de "swap", que para fins de melhor apresentação, está divulgada na rubrica "Empréstimos e Financiamentos", conforme nota explicativa nº 16:

				Controladora
	Valores justos,	Valores a custo,	Perda na marcação	
Banco	Líquidos	líquidos	a mercado	Nocional
Citibank	22.447	23.240	(793)	111.776

34. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa e do resultado abrangente

a) Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Compras de ativo imobilizado	4.520	6.407	12.992	22.603
Aquisição adicional de participação na Indupa Argentina pela Solvay Vinyls Holding AG	<u> </u>	50.477	<u>-</u>	
Total	4.520	56.884	12.992	22.603

35. Eventos Subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2019, a administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.990.758 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 165.658 ações ordinárias; (ii) 11.606 ações preferenciais classe "A"; e (iii) 3.813.494 ações preferenciais classe "B". Tal cancelamento não implicou em alteração do valor de seu capital social.

No período de janeiro a março de 2019, foram realizadas conversões de 107.563 ações preferenciais "A" em ações preferenciais "B" de acordo com o previsto no Parágrafo 3º do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Em consequência do cancelamento de ações e das conversões acima citados, o capital social da Companhia possui a seguinte composição na data deste relatório: 30.216.235 ações ordinárias, 2.410.333 ações preferenciais classe "A" e 54.528.353 ações preferenciais classe "B", que totalizam 87.154.921 ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

A Assembleia Geral Extraordinária será oportunamente convocada para alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para contemplar o novo número de ações em que se divide o capital social da Companhia.